

7.08.99 - Educação.

## EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Luciana Soares dos Santos<sup>1\*</sup>, Francisco Francinete Leite Junior<sup>2</sup>, Francisco Arrais Nascimento<sup>3</sup>

1. Discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
2. Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Docente do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio
3. Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp / Orientador

### Resumo:

A instituição escolar apresenta-se enquanto espaço fundamental no processo de formação do discente, onde a possibilidade de interação e a qualidade no ensino tem em si a tutela para o processo de inclusão do sujeito.

A legislação brasileira assegura por meio de decretos e leis o acesso à educação regular sem distinção de qualquer natureza por parte das instituições de ensino com relação ao sujeito com deficiência. O objetivo compreender como a instituição escolar de Ensino Fundamental tem lidado com a questão da inclusão, e conseqüentemente o que seria inclusão sob a óptica docente.

Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, amparada em estudo bibliográfico, além de estudo de caso com uso de entrevista semiestruturada com os docentes e gestores da Escola de Ensino Fundamental Padre Cícero, Jardim – CE.

Com base no foi analisado, pode-se dizer que, muitas vezes um discente com dificuldades de aprendizagem não tem bom desempenho escolar porque seus hábitos de estudo são inadequados. É necessário que os profissionais que lidam com alunos com essas dificuldades estejam em constante processo de formação para atender de forma adequada esses alunos e também seus pais. Buscando soluções conjuntas.

**Palavras-chave:** Inclusão; Educação Infantil; Jardim - CE.

### Introdução:

A instituição escolar apresenta-se enquanto espaço fundamental no processo de formação do discente, a possibilidade de interação e a qualidade no ensino tem em si a tutela para o processo de inclusão do sujeito. A legislação brasileira assegura por meio de decretos e leis o acesso à educação regular sem distinção de qualquer natureza por parte das instituições de ensino com relação ao sujeito com deficiência. A exemplo se pode

vislumbrar o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) inscrita sob o no 9.394/96 em seu Capítulo V, artigo 58, que assegura não apenas o acesso a instituição escolar, mas resguarda sob a forma de aparato legislativo o direito a Educação em sua forma mais ampla.

Para uma melhor compreensão do ponto de vista apresentado neste estudo se faz necessário vislumbrar a emergência da temática da Educação Inclusiva que surge no contexto global sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com a difusão da Declaração de Salamanca, oriunda da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Acessibilidade”. Tal declaração estabelece entre outros pressupostos que “As crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar, já que tais escolas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias [...], construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a Educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8-9).

A temática que surge no final de década de 1990, começou a ser debatida e conseqüentemente institucionalizada a partir das demandas sociais que ecoavam nos movimentos em prol dos direitos das minorias sociais, que despontaram no final das décadas de 1960 e 1970, pessoas com deficiências, assim como outros grupos que ocupam a zona de abjeção, passam a ter uma maior visibilidade no âmbito social. Conseqüentemente, a instituição escolar começa a se voltar ao atendimento de demandas anteriormente ignoradas, a saber sujeitos com deficiência entre outros que deixam a margem em direção ao centro das discussões acerca da Educação no âmbito nacional, adentrando novos espaços e galgando o espaço cerceado na construção histórica da educação.

Assim, objetiva-se compreender como a instituição escolar de Ensino Fundamental tem lidado com a questão da inclusão, e

consequentemente o que seria inclusão sob a óptica docente.

### Metodologia:

O estudo terá como base uma pesquisa de natureza do tipo qualitativa, que segundo Strauss e Corbin (2008) afirma que a análise qualitativa pode se referir há diversos aspectos, como a vida das pessoas ou experiência vividas, comportamentos, emoções, entre outros. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo analisar conceitos e relações de dados colhidos pelos os pesquisadores, com propósito de montar um esquema exploratório teórico.

Dessa forma, para melhor compreensão, foi escolhido o estudo de caso como método de pesquisa. Segundo Yin (2015) o estudo de caso tem diversas formas de utilidade, pois pode contribuir em diferentes áreas como na psicologia, administração, ciência política, educação entre outras. Este método permite que o pesquisador foque em um “caso” e compreenda suas características em sua totalidade, como também nos aspectos significativos da vida real, tais como: ciclos individuais da vida, comportamentos de pequenos grupos, processos organizacionais e administrativos.

A natureza dessa pesquisa será de campo para obter uma melhor compreensão do objeto de estudo. A mesma se dá a partir de uma coleta de dados diretamente ligada ao objeto de estudo, no seu ambiente próprio, em “campo”. O pesquisador trabalhará com a forma de observação, sem intervenção, pois os dados devem ser descritos da forma natural com que se apresentam (SEVERINO, 2007).

Inicialmente foi realizada uma busca por fontes bibliográficas entre elas: livros e artigos científicos encontrados em portais eletrônicos: Scielo (<http://www.scielo.org/php/index.php>) e o Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). Os descritores utilizados para este processo foram: Inclusão; Pessoa com Deficiência e Educação Inclusiva.

A coleta de dados fez uso a técnica de pesquisa do estudo de caso. Pois proporcionara uma coleta de informações da vida pessoal do sujeito, que abrange várias formas, entre elas, menciona-se o memorial, que através de um relato de memórias o sujeito pode expressar sua trajetória de vida. (SEVERINO, 2007).

A análise de dados será fundamentada em uma análise de conteúdo que se utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrição do conteúdo de mensagens. Essa análise tem como foco duas etapas, a primeira é a descrição das informações coletadas e a

segunda etapa é a inferência e interpretação das informações, (BARDIN, 1997).

A Escola que serviu de espaço para o desenvolvimento do estudo atende o Ensino Fundamental e fora inaugurada no ano de 1969, numa área rural. A estrutura escolar dispõe de uma biblioteca e laboratório de informática, tendo o quadro de colaboradores é composto por 10 (dez) professores distribuídos da seguinte forma segundo a formação acadêmica: 06 pedagogos, 01 matemático, 02 magistérios, 01 letras, 01 (um) diretor, 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (um) secretário escolar, 02 (dois) agentes administrativos, 05 (cinco) auxiliares de serviços gerais, 01 (um) vigilante e 01 (um) auxiliar de sala.

A escola atende ao Ensino Fundamental regular do 1º ao 9º ano, contendo as disciplinas da base nacional comum responsável pela formação geral dos alunos. Atualmente atende 09 (nove) turmas, do 1º ao 9º ano, que compõem um corpo discente de 243 alunos matriculados em dois turnos (manhã e tarde), sendo que estes apresentam idade média entre 06 (seis) a 17 (dezesete) anos, distribuídos da seguinte forma: 130 (cento e trinta) frequentes nas séries do 1º ao 5º ano e 113 (cento e treze) nas séries de 6º ao 9º ano.

### Resultados e Discussão:

Os professores e gestores da Escola, fizeram uma análise nas séries iniciais cujo rendimento de alguns alunos não estava atingindo os resultados esperados. Foram utilizadas fichas de entrevista com questionários observatório para os pais desses alunos e também para os mesmos a fim de descobrir a origem desses problemas identificados pela instituição. Assim, chegaram à conclusão de que esses alunos precisavam urgente de uma avaliação médica. Ao ter a comprovação do diagnóstico feita por uma equipe médica, a escola pôde elaborar estratégias e técnicas adequadas para cada caso.

A população atendida na escola que apresentam algum tipo de deficiência e/ou limitação segue a seguinte forma de distribuição:

**Tabela 1:** Distribuição da população com deficiência atendida pela escola

| Ano | Quantidade de Alunos | Condição Discente       | Alternativas  |
|-----|----------------------|-------------------------|---|
| 2º  | 02                   | Prognóstico de Autismo  | Atividades diferenciadas e uso de material concreto |
|     |                      | Sequela de hidrocefalia | Ter um acompanhante auxiliar                        |

|    |    |                                |  |
|----|----|--------------------------------|--|
| 3º | 04 | <i>Prognóstico de dislexia</i> | <i>Atividades de reforço com material diversificado e concreto</i> |
| 4º | 08 | <i>Prognóstico de autismo</i>  | <i>Acompanhamento dos pais (uso de medicamentos e médicos)</i>     |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Ao adentrarmos ao universo das deficiências e limitações, tem-se por necessidade a compreensão de conceitos e patologias que regem as condições apresentadas pelos sujeitos que podem vir a adentrar ao espaço da instituição escolar. No caso analisado identificou-se 14 (quatorze) sujeitos que apresentavam um distúrbio ou condição que dificultavam o processo de aprendizado e que necessitavam de uma alternativa eficiente de inclusão no espaço escolar e na construção do conhecimento.

No âmbito da instituição de ensino analisada, relatos da coordenadora pedagógica, registram situações em que crianças, aparentemente brilhantes e muito inteligentes, têm dificuldades na leitura e na escrita e não tem boa ortografia para a idade e complementa afirmando que o melhor procedimento a ser adotado para a identificação do problema é a permissão dos profissionais qualificados para examinar a criança que apresenta ser disléxica. Com isso objetiva-se compreender que devemos investigar como os professores lidam com as dificuldades da leitura e da escrita. Sabe-se que o processo de patologização é presente e adentra no contexto da inclusão, o qual propõe que seja disponibilizado aos alunos com deficiência um atendimento diferenciado, que os possibilite uma aprendizagem significativa. Mas, para que a inclusão seja verdadeiramente posta em prática os professores exercem um importante papel, acolher as diferenças e singularidades de cada aluno, entretanto essa prática embora bastante exigida continua sendo alvo de muitas incertezas e limitações.

Em contato com os professores direcionou-se questões básicas sobre as noções de inclusão e as principais dificuldades encontradas em ambiente escolar. Sobre as noções de Inclusão sabe-se que esta é vista como um direito, sendo indicado por Santos (2013) como uma luta em prol dos direitos de uma classe que se encontra em risco de exclusão, disponibilizando a esse grupo oportunidades iguais, conforme as demais pessoas da sociedade, no entanto levando em consideração as particularidades dos sujeitos.

Assim, não se trata apenas de pessoas com deficiência, embora seja este um grupo bastante discutido dentro do processo de inclusão. Nesse sentido embora não se utilizasse o termo inclusão, a igualdade dos direitos no âmbito educacional vem sendo abordada desde 1948 com a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, que no seu Art. 26 vem assegurar que todo homem tem direito a instrução de forma gratuita (UNESCO, 1998).

Muitas vezes ocorre somente a associação de inclusão com acessibilidade, ressaltando o direito ao acesso e permanência na instituição. Segundo sujeito de pesquisa inclusão é: “Tornar o ambiente escolar acessível para todas as pessoas com necessidades especiais garantindo assim os mesmos direitos para todos com deficiência ou não respeitando o tempo e as dificuldades de aprendizagem de cada um”.

Essa associação leva-nos a pensar que há um consenso de que crianças e jovens com deficiências devem ser incluídos em escolas comuns, como a maioria das crianças. Essas recomendações levaram ao conceito de escola inclusiva, cujo principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de, com sucesso, educar todas, inclusive as que possuem desvantagens significativas de aprendizagens.

Sabe-se, no entanto, haver outros fatores, conforme relato do sujeito de pesquisa: “Outra situação bem vista é a questão dos pais dessas crianças com dificuldades, pois, na maioria dos casos eles acreditam que seus filhos não são capazes de aprender e acabam não os estimulando, dificultando assim o trabalho do docente. Nesse caso os pais também precisam ser assistidos e estimulados”.

Para tanto, sabe-se que uma escola para todos requer uma dinâmica curricular que permita ajustar a ação pedagógica às necessidades dos alunos. Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola requer que os sistemas educacionais de ensino se modifiquem, não apenas nas suas atitudes em relação a esses alunos, mas que se organize para constituir-se em uma escola para todos, dando conta de todas as especificidades.

### **Conclusões:**

Com base nessa pesquisa, pode-se dizer que de modo geral, muitas vezes um aluno com dificuldades de aprendizagem não tem bom desempenho escolar porque seus hábitos de estudo são inadequados. É necessário que os profissionais que lidam com alunos com essas dificuldades estejam em constante processo de

formação para atender de forma adequada esses alunos e também seus pais. Buscar soluções conjuntas, com os demais professores e gestores, é uma boa alternativa. Assim, a escola pode obter os materiais necessários e cursos de formação junto à Secretaria de Educação ou a outras entidades da área que existam na cidade. Entende-se que a importância da escola não é apenas de transmitir conhecimentos construídos em livros, mas também de ser um local onde essas dificuldades podem ser identificadas e diagnosticadas com maior facilidade e agilidade.

Com relação à Escola Padre Cícero, compreende-se que a instituição tem uma boa relação professor-aluno, pois buscam sempre estratégias de estudos mais eficientes que levam em consideração o tempo disponível, o local de estudo e a matéria a ser estudada. Esse trabalho é feito de forma diferente com cada tipo de estudante, enfatizando as características pessoais do aluno, suas necessidades imediatas e como ele se relaciona com seu ambiente social e emocional abrindo assim espaço para a inclusão.

### Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2010.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Santana: Artmed, 2004.

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2 edição, p. 15-35, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema**. São Paulo: Memnon, Edições Científicas, 1997.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SANTOS, M. P. dos. **Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos** (e

descasos). 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para professores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>, acessado em 05 de set. 2016.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamentos e métodos**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.